

Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 25 n. 1, janeiro/junho 2024

E-ISSN 2179-7943

Espaço Jurídico	Joaçaba	v. 25	n. 1	p. 1-194	jan./jun. 2024
-----------------	---------	-------	------	----------	----------------

© 2024 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.

Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro

Revisão metodológica: Carlos Libman, Esther Arnold, Paula Stechenski Zaccaron

Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro

Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Editora. Unoesc, 2000- v. ; 26 cm Semestral 2019-; Quadrimestral 2016-2019 ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico Qualis Capes A1 ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943 1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Doris 340.05
-----	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Editores-Chefe

Thiago Santos Rocha, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
wilson.steinmetz@unoesc.edu.br

Robison Tramontina, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil
robison.tramontina@unoesc.edu.br

Editores Adjuntos

Carlos Luiz Strapazzon, Professor PPGD Unoesc, Brasil
Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Professor PPGD Unoesc, Brasil

Editores Assistentes

Deise Helena Krantz Lora, Doutora PUC-RS, Professora da Unoesc
Cláudia Cinara Locateli, Doutoranda, Professora da Unoesc
Afonso Carvalho de Oliva, Doutorando Universidade do Minho - Portugal
Michel Ferrari Borges dos Santos, Doutorando Unoesc
Isadora K. Lazaretti, Doutoranda Unoesc

Secretaria da Revista
Natálie Vailatti, Brasil

ejll@unoesc.edu.br

Endereço eletrônico: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico>

Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE
| SWITZERLAND | SUÍÇA
<http://journaldatabase.info>

DIADORIM | BRASIL
<http://diadorim.ibict.br/>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO
<http://www.latindex.unam.mx>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA
<https://www.redib.org/>

Missão: A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unoesc para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

FINALIDADE. A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

ESPECIALIDADE. Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

TEMPO ADEQUADO. O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

CONFLITO DE INTERESSES: O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

SIGILO: A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

COMITÊ DE ÉTICA: Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3o, II, VI e nos temas do Art. 3o, IX, do Regimento Interno, disponível em:

http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf

PARECER SUFICIENTE. O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

SUMÁRIO

Editorial

O tentador transplante jurídico e o critério científico do método comparativo no Direito 7

Thiago Santos Rocha

O Constitucionalismo Multinível e a proteção dos direitos humanos e direitos dos grupos vulneráveis nas Constituições Estaduais (Subnacionais).... 9

The Multilevel Constitutionalism and the protection of human rights and rights of vulnerable groups in Subnational Constitutions

Luís Gustavo Medeiros de Andrade, Mônia Clarissa Hennig Leal

O Juiz de posição elevada e o problema da indiscrição judicial 33

The high-ranking Judge and the issue of judicial discretion

Rafael Patrus

Política antimanicomial do Poder Judiciário e a sustação de Atos Normativos pelo Congresso Nacional: tensões e convergências na argumentação entre poderes 57

Antimanicomial policy of the Judiciary and the suspension of Normative Acts by the National Congress: tensions and convergences in the argumentation between branches

Bruno Ávila da Mata Sampaio, Mariana Cirne

Razoabilidade e proporcionalidade na hermenêutica do direito público 77

Legal reasoning and proportionality in public law hermeneutics

Maria Fernanda Pereira Rosa, Rafael Lazzarotto Simioni

Pessoas com deficiência na prisão: Anotações sobre uma invisibilidade 95

People with disabilities in prison: Notes on invisibility

Moisés Bauer Luiz, Marcos Rolim

Proteção de dados e Políticas Públicas de Saúde: algumas aproximações à luz de exemplo da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 111

Data protection and Public Health Policies: some approaches in light of example from the case law of the Supreme Federal Court

Pedro Zanatta Silveira Borges, Ingo Wolfgang Sarlet

Ilusões perdidas: competências federais alemãs entre aspirações federalistas e realidade unitária 127

Lost illusions: german federal competences between federalist aspirations and unitary reality

Lucas Catib de Laurentiis

A imutabilidade do papel da lógica no direito na Teoria de Hans Kelsen 141

The continuity of the role of logic in law in Hans Kelsen's theory

Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno

A liberdade de expressão e as restrições à propaganda eleitoral paga na mídia impressa versus as mídias sociais digitais: um estudo da ADI 6281 167

Freedom of speech and restrictions on paid electoral advertising in print media versus digital social media: a study of ADI 6281

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Jose Luis Bolzan de Moraes, Adriana Martins Ferreira Festugatto